

Número do Processo	Classe	Órgão Julgador	Última movimentação	Partes	Resumo da Ação			
025.756/2020-6	Concessão da EF-170	TCU	08/12/2020 - Pedido de sustentação oral (066.571.459-5) autuado e enviado para o gabinete do Ministro Aroldo Cedraz	Administrativo	Processo de desestatização e concessão da EF-170			
037.044/2020-6	Representação do MPF	TCU	10/12/2020 - Documento Novos elementos/informações adicionais juntado ao processo por Seproc	Administrativo	Representação interposta pelo Ministério Público Federal (MPF), Procuradoria da República no Pará e no Mato Grosso, em conjunto com cinco organizações sociais de defesa dos direitos relativos ao meio ambiente e aos povos indígenas (Instituto Socioambiental, Associação Iakiô, Atix, Instituto Raoni e Instituto Kabu), em face de possíveis irregularidades no processo de concessão da malha ferroviária da EF-170 (Ferrogrão), compreendida entre os municípios de Itaituba/PA e Sinop/MT.			
1002073-72.2020.4.01.3908	ACP	TRF1 - Subseção Judiciária de Itaituba	13/01/2021 20:07:59 - Juntada de petição intercorrente	MPF (AUTOR); FUNAI, EDLP, UNIÃO, ANTT	Pedido liminar para obtenção da determinação de OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER para que os demandados se abstenham de realizar junto aos povos afetados, quaisquer atos de consulta que não se amoldem aos protocolos de consulta editados pelas próprias comunidades indígenas, em especial os da etnia Munduruku do Alto, médio e baixo Tapajós, como condição prévia e inafastável para o prosseguimento das discussões sobre a viabilidade socioambiental do empreendimento ESTRADA DE FERRO 170 – FERROGRÃO.			

Número do Processo	Classe	Órgão Julgador	Última movimentação	Partes	Resumo da Ação			
1000351-03.2020.4.01.3908	ACP	TRF1 - Subseção Judiciária de Itaituba	18/12/2020 16:50:53 - Juntada de petição intercorrente	INSTITUTO SOCIO-AMBIENTAL FLORANATIVA-ISAF (AUTOR); ANTT, União	Pedido de tutela de urgência para a suspensão dos efeitos da Medida Provisória nº 758, de 2016, convertida na Lei nº 13.452/17; e a determinação judicial para obrigar a ANTT a alterar os traçados (trechos B1 e B2) que invadem área do Parque Nacional do Jamanxim, constantes dos estudos técnicos aprovados pela sua Diretoria Colegiada (Deliberação ANTT 76, de 15/01/2019), antes da remessa do Processo Administrativo para o Tribunal de Contas da União (TCU).			
1000901-32.2019.4.01.3908	ACP	TRF1 - Subseção Judiciária de Itaituba	06/11/2020 15:48:21 - Juntada de contrarrazões	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS VALE DO GARCA-APRUVG (AUTOR); ANTT, União	Pedido de tutela de urgência para sustar os efeitos da Deliberação nº 76 (15/01/2019), da Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o Relatório da Audiência Pública nº 014/2017; obrigar a ANTT a fazer o aprofundamento dos estudos técnicos quanto aos impactos sociais e econômicos a atingir a população da área de influência do Projeto da EF-170 (Ferrogrão), bem como a realizar Sessão Presencial no Distrito de Castelo dos Sonhos/Altamira, antes da remessa do Processo Administrativo para o Ministério da Infraestrutura e Tribunal de Contas da União (TCU).			
1000667-50.2019.4.01.3908	ACP	TRF1 - Subseção Judiciária de Itaituba	06/10/2020 12:07:39 - Conclusos para decisão	MUNICIPIO DE TRAIRAO (AUTOR); ANTT, União	Pedido de tutela de urgência para obrigar a ANTT à realização de Sessão Presencial no Município de Trairão, na forma de audiência pública à população local, antes da remessa do Processo Administrativo da Ferrogrão para o Tribunal de Contas da União (TCU).			

Número do Processo	Classe	Órgão Julgador	Última movimentação	Partes	Resumo da Ação			
1000359-14.2019.4.01.3908	ACP	TRF1 - Subseção Judiciária de Itaituba	08/10/2020 15:48:24 - Arquivado Definitivamente	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVO PROGRESSO (AUTOR); ANTT, União	Pedido de tutela de urgência, para sustar os efeitos da Deliberação nº 76 (15/01/2019), da Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o Relatório da Audiência Pública nº 014/2017; obrigar a ANTT a fazer a Sessão Presencial cancelada, então designada para Novo Progresso/PA (no dia 04/12/2017), antes da remessa do Processo Administrativo para o Tribunal de Contas da União (TCU).			
1000375-89.2019.4.01.3900	ACP	TRF1 - Subseção Judiciária de Itaituba	02/12/2020 10:46:40 - Juntada de apelação	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS (AUTOR) - ANTT (RÉU)	Pedido de tutela de urgência, inaudita altera parte, para (I) sustar os efeitos da Deliberação nº 76 (15/01/2019), da Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o Relatório da Audiência Pública nº 014/2017; (II) obrigar a ANTT a fazer a Sessão Presencial cancelada, então designada para Itaituba/PA (no dia 04/12/2017), antes da remessa do Processo Administrativo para o Tribunal de Contas da União (TCU).			
1007723-61.2019.4.01.3900	ACP	TRF1 - Seção Judiciária do Pará	23/10/2019 17:32:11 - Juntada de outras peças	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS VALE DO GARCA-APRUVG (AUTOR); ANTT	Pedido de tutela de urgência para sustar os efeitos da Deliberação nº 76 (15/01/2019), da Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o Relatório da Audiência Pública nº 014/2017; obrigar a ANTT a fazer o aprofundamento dos estudos técnicos quanto aos impactos sociais e econômicos a atingir a população da área de influência do Projeto da EF-170 (Ferrogrão), bem como a realizar Sessão Presencial no Distrito de Castelo dos Sonhos/Altamira, antes da remessa do Processo Administrativo para o Ministério da Infraestrutura e Tribunal de Contas da União (TCU).			

Número do Processo	Classe	Órgão Julgador	Última movimentação	Partes	Resumo da Ação			
1000450-31.2019.4.01.3900	ACP	TRF1 - Seção Judiciária do Pará	28/10/2020 08:24:12 - Decorrido prazo de INSTITUTO SOCIO-AMBIENTAL FLORANATIVA-ISAF em 27/10/2020 23:59:59.	INSTITUTO SOCIO-AMBIENTAL FLORANATIVA-ISAF (AUTOR); ANTT, União	Pedido de liminar para a sustação dos “efeitos da Deliberação nº 76 (15/01/2019), da Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o Relatório da Audiência Pública nº 014/2017; e (...) obrigar a ANTT a fazer a Sessão Presencial de Belém/PA, instruída com a minuta do contrato de concessão (art. 18, XIV, da Lei nº 8.987/95, e art. 7º, II, da Resolução ANTT 3.705/2011), antes da remessa do Processo Administrativo para o Tribunal de Contas da União (TCU).”			
1003317-65.2017.4.01.3900	ACP	TRF1 - Seção Judiciária do Pará	04/09/2020 19:25:48 - Juntada de Vistos em inspeção - conclusão mantida.	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (AUTOR); SINDICATO DOS TRANSPORTADOS RES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS DO ESTADO DE MATO GROSSO (SINDICAM-MT); ANTT (REU)	Pedido de concessão da tutela de urgência, inaudita altera parte, para suspender o processo, desde a fase das audiências públicas, impedido, até a realização de levantamentos cientificamente sérios e fidedignos, a concessão pública que se apresenta			
6557	ADI	STF	10/12/2020 - Vista à	Controle Concentra	ADI em face da Lei nº 13.452, de 19 de junho de 2017 (Conversão da Medida Provisória nº 758, de 2016), que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim,			